



Ano 4 | # 2 | edição semestral | dezembro de 2012

Revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom

## Comunicação e política: uma proposta antiutilitarista

MARQUES, Ângela; MATOS Heloiza (orgs). **Comunicação e Política** – Capital Social, Reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011, 367 páginas, ISBN: 978853230720-0.

Elton Amaro Rodrigues Mateus<sup>1</sup>



Fruto do trabalho do Grupo de Pesquisa “Capital Social, Redes e Processos Políticos”, desenvolvido no ano de 2010, o livro “Comunicação e política – Capital Social, Reconhecimento e Deliberação Pública”, reúne textos de autores brasileiros e de outros países, sob a organização de Ângela Marques e Heloiza Matos, que buscam a aproximação dos conceitos de Capital Social, Reconhecimento e Deliberação Pública a partir do estudo de processos dialógicos, democráticos e comunicativos como possibilidade de questionamento das situações de opressão simbólica e material, numa tentativa de verificar como se dá a relação entre os modos coletivos de julgamento e a avaliação moral dos indivíduos, propondo também a compreensão da maneira como se constituem os grupos de cidadãos frente a situações tanto de diálogos morais quanto na constituição de identidades nas relações de confiança, respeito, amor e solidariedade.

Assim, os conceitos centrais de 'capital social', 'reconhecimento' e 'deliberação pública', no decorrer dos textos, são explorados quando de sua vinculação às práticas comunicativas como formas de “construção de laços de reciprocidade e cooperação entre diferentes atores sociais, interligando múltiplas redes de interações e

<sup>1</sup> Professor, Graduado em Comunicação Social – Relações Públicas pela USC - Bauru/SP, Especialista em Gestão Empresarial pela FIB – Bauru/SP, Mestrando do Curso de Comunicação Midiática da FAAC - UNESP, Bauru/SP.

transformando relações marcadas pelo estigma e depreciação do outro” (MARQUES E MATOS, 2011, p. 12). Mais especificamente, o livro aborda o questionamento sobre as consequências da ausência de vínculos e reciprocidade entre sujeitos, vínculos estes que ao serem abordados trazem à discussão e tornam públicos padrões de injustiça e deficientes formas de participação cívica quando da deliberação pública, cuja reversão somente se dá com a valorização da comunicação informal e da inclusão/inserção dos “materialmente desfavorecidos” em espaços públicos de debates e discussão de interesse coletivos.

A obra é dividida em três partes, sendo que na primeira delas – Reconhecimento Social: dimensões conceituais e práticas, os textos traçam além dos conceitos, aplicações da teoria do reconhecimento social. Na segunda – Processos de deliberação pública, participação cívica e construção da cidadania, os textos apresentam demonstrações de como a compreensão dos processos deliberativos e as conversações são importantes para o entendimento da política, ao permitir e envolver os grupos marginalizados, movimentos sociais e os cidadãos, se firma como espaço passível de se reconfigurar frente à sua ocupação por esses diferentes grupos, e também onde é possível o questionamento das divisões entre incluídos (dotados de voz e visibilidade) e marginalizados/excluídos (mantidos sob a invisibilidade e silêncio). Na terceira e última parte – Capital social: aspectos teóricos e analíticos, os textos abordam diferentes articulações da conceituação de capital social – com o empoderamento; com a associação do capital social, da comunicação pública e da deliberação; com a mobilização e a participação para o estabelecimento de políticas públicas na área da saúde e com o contexto organizacional, entre outros.

Alain Caillé, ao definir o capital social como “o conjunto daquilo que, em suas ações e em suas representações, confere uma prioridade hierárquica às considerações extra ou antiutilitarista sobre as considerações de interesse imediato”(CAILLÉ, 2011, p. 24), em seu texto “Capital social, reconhecimento e dádiva”, propõe que o tema – inclusive no decorrer da obra – seja pensado sob uma ótica desvinculada do economicismo, logo, distanciada da noção de capital econômico para que seja captada toda a sua potência, sob as propostas de Marcel Mauss (1974) e do Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais. Para compor essa teoria reflexiva do valor social o autor desenvolve um conjunto de temas ligados às relações sociais desconectadas do 'econômico' para fundamentar algumas questões: redes (Bourdieu), confiança (Fukuyama), teoria do reconhecimento, dom/contradom e dádiva, além de propor que o estabelecimento de uma “sociedade decente” se dá com o aumento da capacidade de

doar/reconhecer de seus membros.

Heloiza Matos, em seu texto, contribui para aprofundar a questão e o aspecto teórico, mais voltado para a dimensão comunicacional, analisando a temática do reconhecimento do idoso, a partir do estabelecimento das redes sociais para a geração e difusão de interações comunicativas, tecendo suas ideias sobre o suporte do capital comunicacional, onde propõe que o declínio desse capital estaria relacionado ao baixo engajamento e mobilização do grupo/segmento social. Dessa forma, sugere que o capital comunicacional serviria para ativar o capital social dos grupos.

Baseados nas postulações de Hegel, com o 'reconhecimento do outro' na filosofia do sujeito, de Charles Taylor e também Axel Honneth, que desenvolveram a temática da justiça e da “gramática moral” respectivamente, os textos de Ricardo Fabrino Mendonça, Luis R. Cardoso de Oliveira e Sueli Ynganuis exploram a Teoria do Reconhecimento sob ângulos diversos como a noção da intersubjetividade da teoria, o 'insulto' como desrespeito à cidadania e a presença dos deficientes nas telenovelas como contribuição para a reconhecimento do grupo na sociedade, fechando a composição do primeiro capítulo do livro.

O aspecto político, da deliberação e da construção da cidadania perpassam os textos do segundo capítulo do livro, em que a capacidade dos indivíduos em participar dos processos de discussão ganham o aporte do direito e das regras, sem deixar de ser contemplados fatores como a autonomia, a precariedade econômica, social e política. Segundo o texto de Ângela Marques, apesar desses fatores, as discussões e deliberações de políticas públicas não podem deixar de ocorrer, sem estar envolvidas por processos e interações comunicativas que promovam as transformações sociais e a constituição da autonomia pública dos atores/indivíduos. Esse capítulo ganha o aporte teórico de Jürgen Habermas especialmente nas questões sobre a capacidade de pronunciamento racional dos indivíduos, esfera pública, e teoria deliberativa. Nancy Fraser, enquanto referência ganha maior relevância neste capítulo do livro, por força de temas como deliberação e participação. Paulo Freire e os processos educacionais também são considerados nesta parte da obra, composta por textos de Cicília M. Krohling Peruzzo (Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas), Ilídio Medina Pereira (O debate sobre política de cotas raciais no discurso jornalístico), Clara Castellano (Webjornalismo participativo e o resgate do debate público) entre outros.

Na terceira parte, a ênfase do livro recai sobre o aspecto do capital social nas organizações, como forma de ter facilitada a sua formação e também para destacar “a

importância da comunicação nos processos internos de trabalho e nas suas extensões para o atendimento dos diversos desafios decorrentes do mercado, em que os relacionamentos são essenciais”, segundo Santiago (2011, p. 317). Os textos aprofundam a questão tanto em organizações sociais voltadas para o fortalecimento democrático (Marcelo Baquero e Rute V. A. Baquero), organizações do setor governamental e seu capital comunicacional público (Guilherme Fráguas Nobre), movimentos sociais, conselhos de saúde e grupos de terceira idade (Mirta Maria Gonzaga Fernandes) e finalmente organizações financeiras de crédito produtivo popular (Rosemary Tenholoso Jordão). Essa ampla gama de aplicações dos conceitos relacionados ao capital social demonstra, no decorrer dos textos dessa última parte, segundo Salomão (2011, p. 311) que:

Apesar de seu nome conter a palavra “capital”, não se trata de um conceito econômico. O mesmo ocorre com a palavra “social”, que não é aqui um conceito sociológico. Capital Social é um conceito político porque significa outro tipo de poder, o poder de fazer de empreender, de inovar, e não de mandar em alguém. Esse poder é, na verdade, um empoderamento, quer dizer um encorajamento que flui da sociedade para o indivíduo.

A partir dessa perspectiva a obra de Marques e Matos “Comunicação e Política – Capital social, reconhecimento e deliberação pública”, como um todo justifica e destaca a necessidade e a importância de serem valorizados os processos comunicacionais – sejam eles informais, organizacionais, políticos ou de qualquer natureza, em contextos que contemplem os indivíduos, que possibilitem o aperfeiçoamento democrático e especialmente de desenvolvimento da alteridade frente às imposições economicistas e utilitaristas das análises do comportamento cotidiano, sendo o 'reconhecimento' a teoria que facilita a sua análise.